

## RESENHAS

Faculdade de Teologia N. Sra. da Assunção.

### **Moral Social**

Série Teologia em Diálogo

Edições Paulinas, S. Paulo, 1984

A coletânea "Teologia em Diálogo" com a temática Moral Social, vem proporcionar aos leitores dez artigos abrangendo estudos teológico-pastorais numa perspectiva interdisciplinar.

Apresentando pistas para superar as perspectivas existencialista e personalista, até então desenvolvidas pelo pensamento teológico moral, o artigo de Mons. José Maria Frutuoso Braga discorre sobre o "novo modo" de se fazer teologia moral hoje, com o povo tomando parte como sujeito de sua história e de sua libertação. Com este escrito, de maneira simples e objetiva o autor encaminha com profundidade e perspicácia os passos de uma moral em perspectiva libertadora.

Numa sociedade onde o trabalho vem sofrendo mudanças profundas, onde também as diferentes profissões vêm perdendo quase sempre seu caráter ético em detrimento da sobrevivência humana, a reflexão apresentada por Pe. Dr. Beni dos Santos nos leva aos pontos fundamentais que devem ser observados no campo da moral profissional.

Há muito ainda a ser recuperado pela sociedade humana quanto aos sentidos originais e originantes do trabalho. No artigo de Mons. Dr. Roberto M. Roxo encontramos um contributo substancial sobre alguns pontos relevantes contidos na encíclica *Laborem Exercens* atinentes ao trabalho desenvolvido pelo homem.

Tendo ainda como referência a encíclica *Laborem Exercens*, de modo particular seu capítulo III, o pe. Dr. José Pegoraro explicita o conflito que na atualidade envolve o trabalho e o capital. Com a análise de tal conflito, o autor proporciona um contributo importante apontando para os princípios éticos fundamentais da vivência cristã.

Sintonizado ainda com o mundo do trabalho, o artigo de Pe. Antonio Aparecido da Silva mostra claramente a situação discriminatória do negro nos diferentes modos de trabalho, discriminação esta que perpassa a história do povo brasileiro, com grande incidência nos dias atuais.

Com dois artigos de cunho pastoral, Cardeal Paulo Evaristo Arns nos apresenta diversos contributos para um crescimento dialogal com os não-crentes, tendo por alicerce comum os valores éticos da pessoa humana, e, a partir desses valores, desenvolve uma reflexão sobre Política e Pastoral relacionando a problemática da evangelização como se apresenta hoje e a necessidade constante de uma formação política dos diferentes agentes pastorais.

Dentre os temas fundamentais da teologia moral está a tratativa da presença do mal no mundo e o pecado do homem. Pablo Richard apresenta com grande objetividade a problemática do pecado social, explicitado nas raízes idolátricas dos povos que atuaram no cenário do Antigo Testamento.

Esta coletânea apresenta ainda o leitor com uma minuciosa tratativa da violência, onde o autor, Fr. Dr. Bernardino Leers, descortina uma panorâmica dos mecanismos que semeiam, cultivam, desenvolvem e colhem as mais variadas formas de

violência no canteiro conturbado na sociedade atual. A seguir, partindo de tal panorâmica, a temática da reconciliação é proposta em suas múltiplas facetas como possível caminho para uma nova sociedade.

Em suas páginas finais, esta obra apresenta uma bibliografia atualizada sobre o Trabalho, envolvendo citações nas áreas da filosofia, história, pedagogia e sociologia, como contributo de Antonio José Romera Valverde.

Sem dúvida, com esta coletânea de artigos no campo da moral social, os leitores poderão contar com reflexões atualizadas e com estudos mais pertinentes sobre alguns problemas candentes que questionam as aspirações humanitárias dos homens de hoje.

pe. **Alquermes Valvasori**  
I.T.C.R. — PUCCAMP

KUJAWSKI, Gilberto de Mello.

**Discurso sobre a violência e outros temas.**

São Paulo, Soma, 1985.

O livro de Gilberto de Mello Kujawski reúne diversos ensaios. O que abre o livro envolve a discussão sobre as relações entre **história, sociedade, ação e violência**, terminando pela apresentação de uma **fenomenologia da violência**.

Os demais ensaios e artigos tratam de enfocar as relações do Brasil com a Espanha e a Hispanoamérica, do ponto de vista de uma meditação sobre o ser do brasileiro, do espanhol e do hispanoamericano, mostrando seus denominadores comuns.

O autor apresenta-se como um discípulo de Ortega. E na linha dessa meditação que vincula o pensamento brasileiro ao espanhol, dois ensaios, em homenagem ao grande pensador europeu, abordam o conceito de experiência ( "**a experiência é minha provação no perigo do mundo, por amor à perfeição**", diz Kujawski, à p. 88 ) e **Saber e sabor em Ortega**, tratando da razão vital, que entrelaça Eros, Drama e Logos.

A reflexão primorosa de Gilberto em torno de São Paulo, nos ensaios e artigos que traçam "**A personalidade regional paulista**", mostrando seu papel depois de 30; sua importância política na Revolução Constitucionalista de 32, cujo caráter nosso autor recupera na integral pureza: luta em prol da liberdade e da democracia ( "**O Caso Paulista**"; seus pensadores exponenciais: Vicente Ferreira da Silva, Heraldo Barbuy e o grupo de intelectuais que os circundava. O mito bandeirante está presente aí, expresso através da significativa atuação do povo paulista no cenário nacional, exposta por Kujawski.

Uma palavra ainda acerca dos ensaios a propósito de Ferreira da Silva e Barbuy, dos quais nosso autor foi amigo: os textos são depoimentos que revivem a intensidade e a afervescência da criação intelectual de toda uma época.

Estudos sobre Álvares de Azevedo, Pedro Nava, **A Guerra do Fim do Mundo de Lhosa**, Sábato, Malraux, põem à luz a aguda penetração com que Gilberto faz a leitura poética do homem, evidente também nos escritos sobre cinema, em que aborda obras de Rosi, Kurosawa e Herzog.

Leitura obrigatória para todos os que se interessam pelo Brasil contemporâneo, seus poetas e seus filósofos. E pela compreensão de nosso tempo, magicamente iluminado por um excelente escritor.

Constança Marcondes Cesar.

**WEFFORT, Francisco Corrêa,**  
**Por Que Democracia ?**  
2ª edição, São Paulo, Brasiliense, 1984.

O professor Francisco Corrêa Weffort dispensa maiores apresentações. Titular de Ciência Política da Universidade de São Paulo, é bastante conhecido no Brasil e no exterior por suas colaborações em revistas, livros e atividade docente.

Sem esconder sua militância política partidária, nesta obra ele toma posição e lança questionamentos sobre socialismo, social-democracia, representação democrática e outros temas polêmicos e atuais. Quanto à democracia, mais que análises, faz uma profissão de fé no seu valor.

Conforme afirma na apresentação, este livro é um trabalho breve e simples, ensaio político que quer ser um argumento pela democracia e ao mesmo tempo suscitar o debate da questão junto a um público mais amplo que o das universidades. Esses objetivos determinam as características principais da obra, bem como seu valor e seus limites.

O autor inicia o livro comentando um encontro que teve com um assessor da Embaixada dos EUA, em que se viu diante de perguntas que poderiam bem ser as de qualquer estrangeiro, ou mesmo as de qualquer brasileiro.

O diplomata se vê atormentado diante de um aparente paradoxo: os números da crise brasileira pareciam sugerir-lhe — e igualmente a muitos setores liberais — a possibilidade de uma convulsão social, uma possível “volta ao espírito de 68”; não obstante, todos, até mesmo a esquerda, falam em democracia. Ao autor, que se inclui na esquerda, o diplomata propõe a questão: “por que democracia?”, que deve ser entendida como “por que não revolução como tentativa de solução para a situação brasileira, se as condições parecem contribuir para isso?”

Ao leitor é adiantada, já na Introdução, a tese a ser desenvolvida no livro: ainda que o atual processo de transição não resulte na democracia que todos esperam; ou, ainda que a situação econômica possa sugerir a hipótese de outros caminhos para a solução da crise que experimentamos, os brasileiros, tanto à direita quanto à esquerda, têm mostrado acreditar numa esperança nova e indefinida que compreende democracia. Não obstante o pouco tempo decorrido desde 1968, com o Brasil os brasileiros mudaram. Conservando seus valores fundamentais, mudaram a maneira de concebê-los e às relações entre eles. Em outras palavras, mudou o papel atribuído à democracia, que hoje é vista como via melhor para a solução desta crise profunda.

Tanto a tese quanto a pergunta são continuamente retomados no correr do livro, construído de maneira a ir aprofundando, em seus vários aspectos, a resposta contida na tese e mesmo a pergunta.

A obra divide-se em três partes. Na primeira, o autor mostra que os brasileiros somos herdeiros de uma tradição política marcadamente conservadora à qual pertencem noções equivocadas de Política, realismo político e de poder. A Política entre nós costuma ser entendida como aquilo que se faz em vista da conquista ou manutenção do poder; este é entendido como realizado unicamente no Estado ou em seus cargos e posições.

Essas noções equivocadas se ligam a um falso realismo político, que vê a prática política como sujeita a exigências inelutáveis impostas pelas circunstâncias históricas. Esse realismo, pretensamente inspirado em Maquiavel, é equivocado, diz o autor, porque não vê os acontecimentos como “cose a fare”, nem a Política como uma prática de liberdade, ainda que exercida em situações dadas. Pelo contrário, é sutil justificação de um conservadorismo, pois oculta ao protagonista o caráter de esco-

Iha que acompanha suas decisões políticas que, se tomadas como respostas a exigências inelutáveis, absolvem antecipadamente o protagonista de sua responsabilidade.

A tradição política brasileira legou-nos também certo cinismo e ambigüidade com respeito à democracia e suas relações com o autoritarismo, o que permite aquilo que o autor chama de "uma concepção autoritária de democracia", que a reduz à condição de instrumento do autoritarismo conservador. O esvaziamento do seu significado nessa tradição, permite que alguns pretendam ser ao mesmo tempo democratas e autoritários.

Por sua vez, a esquerda, muitas vezes acusada por liberais e conservadores de gerar essas idéias, endossou-as freqüentemente; a hegemonia conservadora, nunca quebrada na história política brasileira, é profunda a ponto de, por muito tempo, ter imposto as idéias da tradição até mesmo aos que a queriam combater: em certa medida, a esquerda brasileira é tributária da mesma tradição.

Weffort contesta, nesse ponto, a noção bastante comum na esquerda, de que a democracia é a forma por excelência da dominação burguesa. Afirmá-lo é menosprezar as conquistas dos trabalhadores, que aprofundaram e estenderam a todos os homens direitos e instituições democráticas, como por exemplo o "habeas corpus". Mais adiante dirá que, tal como a democracia foi instrumento da aristocracia contra o absolutismo monárquico e instrumento da burguesia contra a aristocracia, hoje pode ser e tem sido instrumento do operariado e das massas populares contra a burguesia. Mas, ao ser estendida a todos os homens, passa a se constituir num valor universal. Weffort não esconde seus pressupostos: o proletariado é classe revolucionária universal.

Argumenta também que as condições políticas da Europa, que motivaram em Marx tal afirmação diante de democracias visceralmente burguesas que eram ditaduras sobre o proletariado (o sufrágio universal, por exemplo, não existia) não existem mais, o que é reconhecido por Engels no prefácio a "As lutas de classe na França". Sobre as modernas democracias européias, o autor as qualifica de "democracias sob hegemonia burguesa", para que não se empobrecem as lutas e conquistas dos trabalhadores, que contribuíram significativamente para atual conformação dessas democracias.

Tratando ainda de tradição, a mesma atitude cínica e ambígua que adúltera a democracia atinge também o direito, de cuja adulteração o golpe é o exemplo típico, a que é também reduzida a noção de revolução. Esse desvirtuamento foi tantas vezes praticado na história brasileira que se espalhou por todos os domínios da política, vindo a constituir parte significativa da nossa tradição.

Todos esses equívocos marcam uma cultura política que não é capaz de conceber a democracia como um fim em si mesmo, mas tão somente como um instrumento do arbítrio e do privilégio.

A segunda parte do livro é dedicada ao comentário de aspectos do processo de transição que começou em 1974 e prosseguirá por alguns anos mais, até o pleno restabelecimento da democracia.

No período que vai de 1964 a 1974 o sistema político brasileiro, até então frágil, é completamente desestruturado, principalmente a partir de 1968, vítima da ação desenfreada do Estado em reprimir com violência desmesurada a resistência também violenta das esquerdas armadas. Impõe-se uma situação que o autor chama de "terror de Estado", em que a violência era exercida em grandes proporções por um Estado que, contudo, não estava sob o controle de um governo capaz de governar. Ao contrário, os aparatos do Estado eram utilizados arbitrariamente por força de autoridades espalhadas, desarticuladas e, por isso mesmo, incontroláveis. Por sua vez, a so-

cidade também não tinha condições de controlar o governo, que já perdia o apoio das forças civis que apoiaram o golpe militar de 31 de Março de 1964.

Contrariando a visão corrente a partir dos anos trinta, quando o Estado era visto como um verdadeiro "demiurgo" a organizar e amparar a sociedade, nesse período em que o arbítrio chegou ao máximo experimenta-se nos meios civis uma grande desilusão em relação ao papel do Estado, tanto da parte daqueles que apoiaram o golpe, quanto daqueles que se lhe opuseram.

Nos seus embates contra o Estado, a sociedade brasileira percebe que o espaço da Política não se reduzia ao do Estado; percebe também o valor insubestimável da democracia e da sociedade civil para deter a ação incontrolada do Estado e recuperar a liberdade e o Estado de Direito. Aqui situa-se o que o autor chama de "inverossímil" no processo de transição: nos momentos de menor liberdade política, o surgimento da crença na democracia como um valor em si mesmo, insubestimável e insubstituível.

O governo Geisel assume para restabelecer a ordem nas Forças Armadas, recuperando prerrogativas presidenciais e organizando um governo detentor de imenso poder, a fim de reorganizar um Estado em processo de autofagia. Chamando a isso de "Política de Distensão", os detentores do poder tomam a iniciativa do processo de transição.

Aos liberais e alguns setores da burguesia, que haviam sido os primeiros a reclamar a volta da democracia e do Estado de Direito, juntam-se remanescentes das esquerdas armadas de 1968 que, após o esmagamento de suas lutas ( que não conseguiram ir além da resistência ao poder militar ), passaram a buscar a democracia como forma de resistência ao regime e consecução dos seus objetivos de pôr fim à ditadura.

Em que pesem o valor apenas retórico da democracia para os setores ligados ao governo Geisel, ou as divergências sobre o seu sentido nos setores oposicionistas, é notório que a democracia vai se tornando campo de luta política o que, pela contrapartida, significa que a democracia vai se tornando um valor de aceitação geral.

Hoje trava-se uma luta pelo poder e pela hegemonia dentro da democracia que se aproxima, que vem tomando traços conservadores devido à predominância liberal e conservadora nas oposições e o controle sobre o ingresso dos movimentos operários e populares a esses cenários. Vale ressaltar que a iniciativa dos detentores do poder e a predominância dos liberais e conservadores na oposição assegurou os interesses das classes dominantes, o que evitou rupturas. Contudo, no seu ressurgimento, o movimento operário cresceu em número e em capacidade de organização, tendendo a emergir e fazer-se ouvir no cenário político.

A terceira e última parte do livro é o que podemos chamar de uma "via curta" para a resposta ao diplomata, ou seja, um outro caminho que, entretanto, não se sobrepõe, mas completa o caminho percorrido nas outras duas partes.

Nesse momento, o autor se dedica a demonstrar que democracia e revolução não são realidades excludentes, como pressupunha a pergunta do diplomata ou como levam a supor alguns preconceitos da nossa tradição, levantando como problema central a possibilidade de os socialistas continuarem democratas e revolucionários.

Ao desfazer alguns equívocos acerca das duas noções, o autor afirma a revolução como dotada de um caráter inequivocamente democrático e não essencialmente violento, dependendo da medida da participação popular na direção do processo revolucionário a probabilidade de aprofundamento da revolução, o caráter do regime posterior e a redução da violência.

Trabalhando um preconceito da esquerda acerca dessa participação, Weffort enuncia algumas dificuldades e riscos das democracias direta e representa-

tiva, concluindo que a exclusão de qualquer dos dois princípios compromete o caráter democrático de um regime.

Alicerçado nas duas partes anteriores, o autor conclui a sua resposta e a completa com a afirmação desafiadora de que o sentido da ação revolucionária, no Brasil, está em criar uma democracia que não seja mais mero instrumento, mas que promova a participação de todas as parcelas da população, criando um pluralismo partidário, institucional e social (o que, no Brasil, equivale a uma verdadeira revolução), dentro da qual os trabalhadores, que têm aumentado progressivamente sua participação na política, apresentarão suas propostas de transformação e lutarão pela conquista da hegemonia nessa sociedade, lançando-se à construção do socialismo.

A obra em questão, ao pretender ser um ensaio e um argumento, opta por abordar um tema bastante amplo sob uma variedade de aspectos, a fim de oferecer ao leitor comum uma pequena mas rica coleção de temas da política brasileira, tais como social-democracia, representação democrática, revolução, hegemonia, movimentos de esquerda armada de 1968 etc, sem deixar de mencionar autores como Rosa Luxemburgo ou Max Weber, de maneira sempre clara e breve.

Sem fazer uma obra de história, também não deixa faltar menções a ela, o que torna mais compreensíveis e instrutivas as suas análises, cuja função propedêutica, dados os objetivos da obra, impede maior aprofundamento. Isso não faz do livro um manual, nem compromete o desenvolvimento do tema central, embora o raciocínio fique um pouco tortuoso por causa dessas inclusões.

Menos cientista social que ensaísta em debate, Weffort constrói, referindo-se à pergunta do diplomata, uma resposta simples baseada em argumentos simples, sem preocupação com os números da crise ou da democracia, estatísticas que, aliás, rejeita como explicação bastante já na Introdução. O autor prefere fundamentar suas análises na observação dos acontecimentos do processo de transição, chegando mesmo a enunciar, acerca de seus procedimentos metodológicos, a dificuldade de reconhecimento da valorização da democracia por se tratar de processo ainda em curso, bem como a fragilidade da relação que estabelece entre democracia e revolução, por falta de exemplos históricos.

Vale ressaltar, também, que no tratamento das relações entre democracia burguesa e democracia revolucionária (ou seja, acerca das noções conflituosas de democracia), o autor não foi além dos prolegômenos, evitando tocar claramente em temas como a ditadura do proletariado.

Essa indeterminação no tratamento da noção não instrumental de democracia não é casual. O texto quer provocar dois tipos de debate: um debate do tema a nível de sociedade, principalmente fora dos círculos acadêmicos, e um debate do autor com o leitor comum, com os de esquerda e de direita; por isso não faz uso de eufemismos, lançando idéias questionadoras e desafiadoras, no intento do diálogo.

Herdeiros de uma tradição cheia de equívocos, o fato de nunca termos experimentado uma democracia plena e sólida torna pouco legítimos quaisquer sentidos que grupos e partidos dêem à palavra, uma vez que a democracia se tornou, nesta transição, campo da luta pelo poder e pela hegemonia. Somente num amplo debate em que participem todos os setores da sociedade poderemos descobrir o sentido legítimo da democracia no Brasil.

Nessa perspectiva, o livro de Weffort não é tese nem tratado sobre a transição ou sobre o sentido de democracia, mas é permanentemente incompleto e novo, uma obra que se faz, como sugere Umberto Eco, ao ser participada e co-elabo-

rada pelo leitor que com ela medita, "obra aberta", um convite a descobrirmos, no debate, o sentido e o valor da democracia que queremos.

**Paulo Moacir Godoy Pozzebon**

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

LEPARGNEUR, Hubert.

**Antropologia do Sofrimento.**

Aparecida, Ed. Santuário, 1985.

Primeiro de uma trilogia ( **Antropologia do Prazer, do Sofrimento e da Morte** ), o livro de Lepargneur aborda a história do sentido da dor no ocidente cristão.

O tema do sofrimento aparece relacionado ao questionamento metafísico do mal e da liberdade e à interrogação antropológica-filosófica sobre a velhice, a doença e a morte.

O alívio da dor, entendido como tarefa da compaixão que envolve as ordens religiosas e os médicos, é estudado numa perspectiva histórica.

Recorrendo a Sartre e a Teilhard de Chardin, o trabalho culmina na estruturação de uma antropologia do sofrimento.

Nesse texto importante pelo enfoque inédito que apresenta do assunto, pouco estudado entre nós de modo tão abrangente, Lepargneur propõe-se a compreender e harmonizar a dor.

Tendo sido capelão do Hospital das Clínicas em São Paulo durante anos, nosso autor testemunha, em sua obra, uma profunda vivência do sofrimento alheio e a inquietação solidária de amenizá-lo.

O caráter interdisciplinar dos temas em questão tornam **Antropologia do Sofrimento** leitura obrigatória para filósofos, teólogos, profissionais da saúde e serviço social.

**Constança Marcondes Cesar**